

Releitura do Debate sobre Distribuição de Renda no Brasil nas Últimas Décadas

Autora: Luciana da Silva Ferreira (IM/UFRRJ)

Área: História Econômica e Economia Brasileira

Subárea: História Econômica e Social Brasileira

Seção de Comunicação

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar o debate acerca dos principais fatores determinantes da desigualdade na distribuição de renda ocorrido no Brasil ao longo das últimas décadas. Este período foi marcado pelo fortalecimento da discussão sobre a distribuição de renda, principalmente, a respeito da averiguação sobre as causas e consequências da elevada concentração de renda no país. Para atingir este propósito, o artigo pretende, por um lado, conjecturar os principais fatos da economia brasileira, assim como as principais políticas econômicas adotadas pelos diferentes governos e que poderiam impactar na distribuição de renda. Por outro lado, o artigo busca identificar os aspectos teóricos que serviram de base para as conclusões de alguns autores acerca das causas da concentração de renda no Brasil.

Palavras-chave: distribuição de renda, política econômica, teoria do capital humano, salário mínimo

ABSTRACT: This article aims to analyze the debate concerning the main decisive factors of the inequality in the distribution of income happened in Brazil along the last decades. This period was characterized by the invigoration of the discussion about the distribution of income, mainly, regarding the verification on the causes and consequences of the high concentration of income in the country. To reach this purpose, the article intends, on one side, to conjecture the main facts of the Brazilian economy, as well as the main economic policy adopted by the different governments and that it can to impact in the distribution of income. On the other hand, the article looks for to identify the theoretical aspects that served as base for some authors' conclusions concerning the causes of the concentration of income in Brazil.

Keywords: distribution of income, economic policy, human capital theory, minimum wage

I- Introdução

As últimas décadas no Brasil foram marcadas pelo fortalecimento do debate sobre a distribuição de renda, principalmente, a respeito da averiguação sobre as causas e consequências da elevada concentração de renda no país. Esse debate, particularmente,

tomou vulto a partir da divulgação dos dados do Censo Demográfico de 1970 cujos resultados confrontavam o alto crescimento econômico ao aumento da concentração de renda no período. Desde então, o assunto da distribuição de renda permeia os mais diferentes pólos de discussão tanto na academia quanto em setores do governo e da sociedade.

Haja vista o debate sobre a distribuição de renda que será tratado aqui percorrer quase quatro décadas, é preciso conjecturar alguns fatos da economia brasileira, assim como as principais políticas econômicas adotadas pelos diferentes governos. Desta forma, será possível situar o tema nos diferentes períodos da economia brasileira e compreender melhor o contexto de cada período do debate. Neste sentido, a próxima seção deste artigo pretende retomar a discussão originada no início da década de 1970 com os trabalhos de Langoni (1973 e 2005) e Fishlow (1972 e 1975). A terceira seção procura analisar alguns trabalhos publicados ao longo da década de 1980. Nesta década, apesar do recrudescimento da concentração de renda, o foco de muitos economistas desviou-se para os problemas de alta inflação, baixo crescimento econômico e endividamento público. Por fim, a quarta seção trata da segunda metade da década de 1990 que marca o período de estabilidade dos preços e também a recuperação do tema da distribuição de renda pelos economistas e outros especialistas, cuja relevância perpetua-se pela década seguinte.

II - O debate entre Fishlow e Langoni na década de 1970

O período compreendido entre os anos de 1960 e 1970 assistiu a comportamentos distintos na economia brasileira. O início do governo militar foi marcado pelo lançamento do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) cujos objetivos eram combater a aceleração inflacionária, o déficit no Balanço de Pagamentos, fomentar o desenvolvimento econômico e a geração de emprego, entre outros¹. A interpretação da equipe econômica era de que o excesso de gastos do governo e a política salarial estavam na origem do processo inflacionário e que este impactava negativamente no crescimento econômico e no balanço de pagamentos. Com base nesta explicação, o governo passou a adotar políticas econômicas restritivas, como a contenção do déficit público, a redução do crédito e controle dos ajustes salariais².

¹ Ver Abreu (1990).

² Para mais informações, ver Resende (1982, 1990) e Lago (1990).

Todavia, a mudança na presidência militar marcada pela substituição do presidente Castelo Branco pelo presidente Costa e Silva e a entrada do ministro Delfim Netto no lugar de Octavio Bulhões sinalizou alterações na condução da política econômica do país a partir do ano de 1967. O objetivo da equipe econômica do governo era similar ao do governo anterior, contudo, a interpretação das causas da inflação que repousava sobre a demanda foi substituída pela ideia de inflação de custos. Dessa forma, por um lado, o governo buscou a contenção dos custos com a manutenção da política salarial anterior e a redução dos juros, por outro, a estratégia assumida foi promover o crescimento econômico utilizando a capacidade ociosa existente (e num segundo momento a ampliação desta capacidade). O principal agente de atuação para atingir os objetivos propostos foi o setor público³.

Todavia, o registro das elevadas taxas de crescimento no país foram contrastadas com o resultado do Censo Demográfico de 1970. A partir dele foi possível captar informações da elevada concentração de renda no país na comparação de 1960 e 1970. Este fato levou estudiosos a avaliarem os fatores que contribuíram para concentração de renda no período⁴. Assim sendo, o debate acerca dos problemas de concentração de renda no Brasil concernentes ao período compreendido entre as décadas de 1960 e 1970 esteve polarizado em dois pontos aparentemente distintos: de um lado, a interpretação esteve pautada na investigação dos impactos das políticas econômicas adotadas no Brasil no início do regime militar, especialmente, as políticas de combate à inflação⁵; de outro, a investigação convergiu para o papel da educação nas diferenças de rendas individuais, seguindo a abordagem da Teoria do Capital Humano⁶.

A explanação centrada na educação como fato peremptório da desigualdade de renda nas décadas de 1960 e 1970 encontra em Langoni (1973, 2005) o seu principal expoente, cujo trabalho é considerado por alguns um marco sobre o estudo do tema no

³ Como resultado desse processo, o Brasil apresentou altas taxas de crescimento econômico no período compreendido entre 1967 e 1972, conhecido como milagre econômico brasileiro. Para mais detalhes, ver Lago (1990).

⁴ Ademais, as informações contidas no Censo revelavam que políticas econômicas cujos objetivos fossem a promoção de altas taxas de crescimento econômico não necessariamente proporcionariam uma melhor distribuição de renda entre a população.

⁵ A política de contenção salarial associada às altas taxas de inflação na década de 1960 teria levado à deterioração dos salários reais, provocando mudanças na distribuição funcional da renda com prejuízos maiores para os trabalhadores assalariados.

⁶ Como o período caracterizou-se pelo aumento da participação da indústria e do setor de serviços no PIB em detrimento do setor agropecuário, isto teria proporcionado o aumento da demanda por mão de obra qualificada, o que teria implicado em aumento dos diferenciais de salário e, por conseguinte, alterações na distribuição de renda em favor dos mais qualificados/educados.

Brasil⁷. Essa interpretação travou um embate com a interpretação alternativa de Fishlow (1972, 1975) cuja argumentação tendia para os fatores de política econômica à época e seus impactos sobre os salários reais. Assim, o debate entre Langoni e Fishlow polarizou os estudos acerca da distribuição de renda nas décadas de sessenta e setenta. Vejamos primeiro as conclusões de Fishlow.

II.1 – Fishlow e o problema da política salarial

O artigo publicado por Albert Fishlow em março de 1972 buscou indicar os fatores determinantes da distribuição de renda e, para isso, analisou a influência das políticas governamentais da década de sessenta sobre a alteração na distribuição de renda entre 1960 e 1970. Assim, de um modo geral, o trabalho de Fishlow, num primeiro momento, era constatar a desigualdade de renda no país. Após isso, seu trabalho foi o de identificar os fatores decisivos para a desigualdade de renda. Para obter a medida de desigualdade de renda no país, a fonte de dados adotada por Fishlow foi o Censo de 1970. A partir dele, o autor dividiu a amostra em dois grandes grupos: população economicamente ativa e famílias. Essa divisão é justificada, por um lado, porque a população economicamente ativa pode estar ou não empregada e, assim, recebendo uma remuneração. Por outro lado, a renda familiar pode incorporar a renda tanto do trabalho como de outras fontes, como será visto adiante.

Cada grupo foi dividido em mais dois grupos: distribuição original e distribuição corrigida. Na distribuição original Fishlow analisou apenas a remuneração monetária. Para obter a distribuição corrigida, o autor realizou quatro ajustamentos. Esses ajustamentos foram de dois tipos básicos: um conjunto para incorporar a renda não monetária não captada pelo Censo; e outra para realocar a renda das famílias trabalhadoras registradas como economicamente ativas, mas que não possuem uma remuneração monetária. Feitos esses ajustamentos para alcançar a distribuição corrigida partindo da distribuição original, o autor constatou que a renda por trabalhador aumentou quase 20% e a concentração significativamente se reduziu. Isso também ocorreu com a renda familiar, mas em menor grau.

Após essas inferências, Fishlow calculou o índice de Gini para o Brasil e averiguou que este era similar a de quase todos os países da América Latina. No entanto, a partir das informações sobre o tamanho da desigualdade da distribuição de renda, o

⁷ Ver, por exemplo, Ramos e Reis (2000).

objetivo do autor foi focar as implicações desta sobre o bem estar da população. Isso porque para o autor era preciso comparar a distribuição de renda com os níveis absolutos de renda, pois, por exemplo, a constatação de uma renda bem distribuída sobre uma renda absoluta baixa, pode não se traduzir necessariamente em bem estar da população⁸. Neste ponto, Fishlow destacou haver correlação entre o nível de renda, sua distribuição e suas implicações sobre o nível de pobreza da população. De acordo com o autor, “the tragedy of the Brazilian situation, like that of most developing countries, is that the distribution and the level go together.” (FISHLOW, 1972, p. 392).

Neste sentido, Fishlow ressaltou que esta correlação entre as variáveis não é uma via de mão única, isto é, nível de renda e sua distribuição não somente podem impactar no nível de pobreza, mas a recíproca também pode ocorrer. Assim sendo, para o autor a família pode ser uma fonte de redistribuição de renda, mas também uma fonte de perpetuação da desigualdade de renda, uma vez que é possível que a família se torne canal de reprodução da desigualdade de renda. Isso porque, de acordo com Fishlow, a renda que as crianças de hoje receberão no futuro como adultos é influenciada pela renda dos pais no presente, pois, a renda dos pais torna-se uma restrição às suas escolhas quanto à qualidade de ensino de seus filhos, região onde podem residir, entre outros. Neste caso, a desigualdade da renda das famílias pode determinar a desigualdade no acesso às oportunidades que poderão, por sua vez, influenciar a renda dos indivíduos futuramente.

É interessante perceber que após a constatação da desigualdade de renda no Brasil, Fishlow passou a averiguar suas características e constatou algo que vai além do predito pela teoria do capital humano⁹. Para Fishlow, esse ciclo continua, pois desigualdade no nível de renda leva a desigualdade no nível de educação e assim sucessivamente por meio de um ciclo vicioso. Outrossim, as famílias pobres brasileiras apresentavam como características baixo nível de educação, geralmente concentradas em atividades agrícolas, possuíam residência em áreas rurais, número limitado de trabalhadores por família, eram residentes da região nordeste, possuíam família com filhos numerosos e baixa oportunidade de educação para as crianças. Essas características parecem confirmar o postulado do autor descrito anteriormente de que a estrutura concentrada de renda perpetua-se entre as gerações das famílias, haja vista que as famílias pobres com essas características descritas não têm condições de proporcionar melhores

⁸ Como será visto mais a frente, Langoni (2005) faz duras críticas a qualquer tentativa de conexão entre distribuição de renda e bem-estar da população.

⁹ Isto é, desigualdade no nível de educação se traduz em desigualdade de nível de renda.

oportunidades de acesso a seus filhos. Neste ponto, Fishlow não nega a teoria do capital humano¹⁰, pelo contrário justifica a característica da desigualdade de renda por meio desta teoria.

Prosseguindo a análise das características da concentração de renda, Fishlow argumentou que “the Brazilian problem is more one of low levels of productivity within the mainstream of the rural economy” (FISHLOW, 1972, p. 394). Neste sentido, o autor estabeleceu uma relação entre a pobreza no Brasil e o baixo nível de produtividade da agricultura que afeta diretamente a população residente nas áreas onde predomina a agricultura e cujos rendimentos dependem em grande parte dessa atividade. Assim sendo, para o autor, as estratégias para redução da pobreza e da desigualdade de renda deveriam passar pelo aumento da utilização de novas técnicas que gerassem aumento da produtividade agrícola e das rendas pagas no setor.

Desta forma, como no estudo de Fishlow a população mais pobre encontrava-se em áreas rurais de baixa produtividade e de baixas rendas, pode-se estabelecer que quanto maior o setor agrícola do país, mais pobre e desigual ele se torna, uma vez que o setor econômico desenvolvido tende a ser aquele concentrado em áreas urbanas e que dedicam maior domínio tecnológico e, assim, maior produtividade e maiores rendas. Contudo, considerando a possibilidade de transferência da população de áreas rurais para urbanas, essas geralmente passam a desempenhar atividades com menor produtividade e mal remuneradas, reproduzindo a pobreza das áreas rurais para as periferias de áreas urbanas e compondo um excedente de mão de obra no setor urbano que contribui para a redução dos salários urbanos¹¹.

Após análise das características da desigualdade de renda, Fishlow buscou verificar quais os fatores estruturais que contribuíram para esta desigualdade no Brasil na década de 1960. Para isso, ele adotou o índice de Theil e buscou estabelecer uma relação entre classes de renda, setor de atividade, educação e distribuição de renda. Os resultados obtidos pelo autor o levaram a constatar que grande parte da desigualdade de renda pode ser explicada por variáveis como idade, diferenças regionais, setoriais e educacionais as quais, para ele, definem diferenças na produtividade, habilidade dos indivíduos, riqueza e status social. Ademais, Fishlow chamou atenção para o fato de que a interação entre baixo

¹⁰ Fishlow chamou atenção para aqueles que querem fazer uma comparação entre suas constatações e a teoria do capital humano. Entretanto, como dito anteriormente, a diferença entre a abordagem de Fishlow e essa teoria é que enquanto para esta o investimento em educação determina a renda, para aquele o processo inverso também se verifica, ou seja, o nível de renda determina o nível de educação.

¹¹ Para uma análise do tema, ver Lewis (2010).

nível de educação e trabalho no setor agrícola determinou rendas menores do que se poderia esperar destas variáveis analisadas separadamente.

Prosseguindo, Fishlow apontou também a política econômica adotada pelo início do governo militar como um dos principais fatores que contribuíram para o agravamento da desigualdade de renda na década de 1960. O autor lembrou que o Brasil atravessava na segunda metade da década um período de altas taxas de crescimento econômico e que isto não foi suficiente para uma melhor distribuição de renda, contudo, para ele, “(...) it is reasonable to presume that stabilization was more responsible than growth for the widening inequality (...)” (FISHLOW, 1972, p. 400). Isto porque, segundo o autor, as políticas do governo que antecederam o milagre econômico¹², levaram a contração dos salários nominais e ao ajustamento dos preços administrados e tiveram como consequência a queda nos salários reais¹³. Fishlow foi além e afirmou que “In a larger sense, however, the result was accurately indicative of priorities: destruction of the urban proletariat as a political threat, and reestablishment of an economic order geared to private capital accumulation”. (FISHLOW, 1972, pag.400). Neste sentido, o autor destacou que as políticas econômicas do período favoreceram a classe capitalista e rica em detrimento de trabalhadores e pobres. A média recebida em 1970 aumentou em torno de 10% em comparação com 1964, no entanto, a renda per capita cresceu o mesmo intervalo cerca de 22%, significando que algum grupo teve ganhos relativos, o que para ele foram os segmentos setor urbano com renda média mais elevada em detrimento do setor rural. Além disso, para o autor, as características da política fiscal também foram favoráveis à concentração de renda. Isto, pois, elas permitiram isenções tributárias em determinados segmentos de mercado e regiões que não necessariamente favoreceram a classe mais pobre. Do lado financeiro, taxas de juros reais positivas e o aprimoramento da bolsa de valores também beneficiaram as classes de mais alta renda.

Não obstante as críticas à política econômica do governo, Fishlow encerrou seu artigo defendendo uma política governamental que contribuísse para a melhoria do nível educacional dos trabalhadores tendo em vista que isso poderia melhorar a renda destes. Para ele, “(...) it is especially disturbing to discover that such structural factors as the distribution of educational opportunities and the sectoral allocation of the labor force are not tending in favor of equality, but instead the opposite.” (FISHLOW, 1972, p.401).

¹² Políticas de combate à inflação.

¹³ A concentração de renda ocorreu porque a inflação registrada foi maior que o índice de preços utilizado para o reajuste dos salários, o que levou a uma defasagem destes.

O trabalho pioneiro de Fishlow sobre as características e os fatores determinantes da concentração de renda no Brasil na década de 1960, principalmente, no que concerne à identificação dos efeitos da política econômica do período sobre essa concentração provocou na literatura econômica dois efeitos distintos: por um lado, alguns economistas buscaram, em estudos posteriores, ratificar as principais conclusões de Fishlow, bem como preocupar-se em avaliar os impactos de políticas econômicas sobre a distribuição de renda; por outro, um grupo de economistas buscou contrapor as conclusões de Fishlow com a identificação de outras variáveis consideradas relevantes para determinar a desigualdade de renda e ao mesmo tempo realizar duras críticas aos apontamentos dos impactos da política econômica da década de 1960 sobre a distribuição de renda¹⁴. Dentre os trabalhos com constatações diferentes das de Fishlow, podemos citar o trabalho de Langoni (2005) publicado em sua primeira versão no ano de 1973.

II.2 Langoni e a questão da educação

O trabalho de Langoni (1973) foi encomendado pelo Ministério da Fazenda com o objetivo de detectar os motivos que explicassem a concentração de renda assistida nas décadas de 1960 e 1970, mas que fugissem do paradigma do possível papel exercido pelas políticas econômicas do período. Isso porque, como visto, Fishlow (1972) constatou que a alta concentração de renda foi ocasionada pelas políticas econômicas do governo militar que levaram à deterioração dos salários reais. O próprio ministro Delfim Netto, no prefácio à edição de 1973 do livro de Langoni, escreveu: “Alguns com pouca imaginação, com mais ideologia do que teoria, tentaram atribuir à política econômica da segunda metade da década a responsabilidade maior do que tinha acontecido.” (Netto, Prefácio, 1973).

O trabalho de Langoni teve por objetivo medir e explicar as mudanças nos perfis de renda entre 1960 e 1970 para o Brasil, incluindo aí a avaliação por regiões e por setores produtivos. A novidade que encerra o trabalho de Langoni em relação ao de Fishlow é que aquele fundamentou sua pesquisa em uma teoria que buscasse ratificar os resultados obtidos. Dessa forma, Langoni lançou mão da teoria do capital humano e, a partir de seus pressupostos e dos resultados alcançados, sugeriu políticas econômicas que minimizassem os problemas da concentração de renda no Brasil. A fonte de dados para a pesquisa de

¹⁴ Entre os economistas que seguiram Fishlow, podemos destacar Hoffmann (1975), que fez um estudo para o mesmo período e chegou a conclusões similares as de Fishlow; e Bresser-Pereira (1973), que também analisou o período e estabeleceu fortes críticas à política do governo à época.

Langoni foi a mesma de Fishlow, qual seja, os dados do Censo Demográfico de 1970. De maneira geral, o estudo de Langoni sobre a distribuição de renda também conteve outras novidades, destacadas pelo próprio autor como a avaliação dados individuais de renda e a suposição de que a distribuição de renda é heterogênea, isto é, pode haver diferenças na participação da renda entre os grupos da economia e no interior de cada grupo homogêneo.

A primeira parte do estudo de Langoni foi voltada a avaliar as características da distribuição da renda. O primeiro capítulo foi dedicado pelo autor a avaliar a renda individual brasileira a partir dos dados do Censo Demográfico de 1970. Nesta etapa o autor apresentou as principais limitações para estimação da distribuição da renda individual, como as diferenças entre as rendas monetárias individuais e as rendas da unidade familiar; o autoconsumo no setor agrícola, representado pelos fluxos de bens e serviços sem contraprestação de pagamento monetário, dentre outros. Para Langoni, essas variáveis poderiam afetar a mensuração dos perfis de distribuição de renda sem, no entanto, ofuscar os resultados de seu trabalho.

No segundo capítulo, Langoni lançou mão de outras fontes de dados como o Imposto de Renda e a Lei dos 2/3¹⁵. A utilização da primeira fonte pelo autor justificou-se, segundo o mesmo, pelo fato deste representar a remuneração do capital humano e do capital físico separadamente, porém, limitado pelo fato de “a característica básica do perfil de renda construído a partir do Imposto de Renda é a de ele ser truncado na sua parte inferior.” (Langoni, 2005, pág. 39). Por outro lado, a Lei dos 2/3 comportava dados sobre os trabalhadores urbanos regidos pela CLT e permitia, segundo o autor, uma análise desagregada das rendas do trabalho de acordo com subsetores da economia. De acordo com Langoni, através dos dados do Imposto de Renda foi possível constatar que a remuneração do capital físico era bem mais concentrada que a do capital humano e pelos dados da Lei dos 2/3 verificou-se que a renda era melhor distribuída na indústria tradicional e que remunerava com menores salários do que na indústria moderna, mais concentradora de renda e com maiores salários.

Prosseguindo sua análise sobre as características da distribuição de renda no Brasil, Langoni realizou comparação nos perfis de renda entre 1960 e 1970, segundo a qual constatou um aumento na concentração de renda no período, com destaque para o aumento da concentração de renda no setor urbano da economia, enquanto que isso não foi

¹⁵ O Decreto 19.482 de dezembro de 1930 pretendia proteger o trabalhador nacional com a restrição do trabalhador imigrante, segundo o qual, os empregadores deveriam ter em seu quadro de empregados pelo menos 2/3 dos trabalhadores nacionais.

observado pelo autor no setor primário. A partir dessa evidência, o autor passou a avaliar os motivos que justificassem essa alteração na distribuição de renda no período. Para isso ele recorreu ao fato de que o período analisado assistiu ao um contínuo crescimento econômico e, sendo assim, buscou analisar o impacto do desenvolvimento econômico sobre a distribuição de renda, através de mudanças oriundas desse processo e que, portanto, para ele, geraram efeitos distributivos. Dentre estas mudanças, Langoni destacou aquelas que chamou de alocativas e referiam-se ao setor produtivo e região e qualitativas da força de trabalho, consideradas educação, idade e sexo.

Ao analisar as alterações no perfil distributivo da renda entre setores produtivos, Langoni constatou uma mudança alocativa da força de trabalho com redução da sua participação no setor primário, aumento no setor secundário e manutenção no setor terciário. Nesta mesma direção, observou um aumento da produtividade do setor secundário e queda na produtividade do setor primário, seguindo-se de queda da participação do setor primário na renda total da economia. Dessa forma, de acordo com Langoni,

Portanto, a redução na proporção dos indivíduos do setor primário tem *coeteris paribus* dois efeitos opostos sobre a desigualdade da distribuição: um positivo, pelo menor peso para o grupo de renda baixa, e outro negativo que é o menor peso do grupo de menor intradesigualdade. É fácil antecipar que a contribuição líquida deste fator para a variação do índice agregado de concentração seja relativamente pequena. (LANGONI, 2005, p.70)

Se houve alteração na distribuição de trabalhadores entre os setores da economia por um lado, por outro, houve aumento das rendas médias dos setores secundário e terciário em detrimento do setor primário. De acordo com o autor, isso teria provocado uma piora na distribuição de renda. Ademais, Langoni destacou um aumento da concentração de renda no setor urbano em 1970 em comparação a 1960.

Em relação às mudanças regionais da força de trabalho, Langoni enfatizou que estas foram menos expressivas, porém, com aumento na região norte e centro oeste e maior queda na região de Minas Gerais e Espírito Santo, além do nordeste, o que se justificaria para o autor, pois “é natural esperar-se que haja um fluxo positivo das regiões de baixa para as de alta produtividade” (LANGONI, 2005, p. 71). Com relação à participação na renda total, o autor registrou queda de todas as regiões, com exceção de São Paulo que registrou aumento de sua participação. De um modo geral, conforme Langoni, “as mudanças na distribuição regional da força de trabalho contribuíram *coeteris paribus* para uma redução na desigualdade”. (LANGONI, 2005, p. 72). Por outro lado, o aumento da

renda média causou efeito negativo sobre a distribuição, pois favoreceu regiões de níveis de renda mais elevados.

Prosseguindo a análise, Langoni avaliou as mudanças na distribuição de renda provocadas por aspectos qualitativos. Neste caso, o autor argumentou que o processo de desenvolvimento econômico gerou efeitos na composição de gênero, tendo em vista que a economia brasileira observou uma expansão da participação feminina no mercado de trabalho no período compreendido entre 1960 e 1970, sem, no entanto, impactar significativamente a distribuição de renda. Por outro lado, avaliando a composição etária, Langoni constatou um aumento da população jovem na força de trabalho, sem, entretanto, provocar mudanças na distribuição de renda, uma vez que “o aumento da frequência das rendas baixas dos grupos mais jovens da PEA é compensado pelo maior peso dos grupos cuja desigualdade interna é relativamente menor.” (LANGONI, 2005, p.75). Por outro lado, alterações na renda média favoreceram o aumento na desigualdade de renda.

Em sua análise qualitativa, Langoni finalmente avaliou a questão educacional e verificou uma redução na proporção de analfabetos e aumento de indivíduos com nível colegial e superior. Langoni verificou que existe uma relação inversa entre a participação relativa e a renda relativa dos grupos educacionais, sendo que houve um aumento diferenciado na demanda de força de trabalho que se traduziu em maiores benefícios aos trabalhadores com maior nível educacional. De acordo com o autor, a experiência brasileira sugere que o desenvolvimento econômico levou a um aumento da demanda por mão de obra qualificada, proporcionando maior participação da renda aos indivíduos com nível educacional mais elevado.

Tendo visto os efeitos do desenvolvimento econômico sobre as variáveis alocativas e qualitativas, o próximo passo de Langoni foi investigar as razões das mudanças na distribuição de renda no período entre 1960 e 1970. Neste ponto o autor realizou algumas considerações a respeito de cada uma das variáveis de sua investigação a respeito de sua possível implicação sobre a distribuição de renda no período. Assim, por exemplo, para o autor, tanto o papel exercido pela variável educação quanto a variável idade sobre a distribuição de renda pode ser compreendida pela teoria do capital humano. Por um lado, investimentos em educação levariam a maiores níveis de produtividade e, conseqüentemente, maiores remunerações na forma de salário real. Por outro lado, de acordo com o autor, a idade estaria relacionada à experiência obtida no trabalho e, por conseguinte, a um aumento da produtividade. No entanto, o autor fez uma ressalva a respeito de os anos de estudo formal não captarem o aprendizado a partir de experiência e

treinamentos realizados no trabalho, o que contribuiu positivamente para aumentos da produtividade e dos salários reais. Assim sendo, como a educação formal não capta essas contribuições, essa medida poderia subestimar o papel da qualificação sobre os salários.

Langoni tomou para seu modelo as variáveis educação, sexo, idade, atividade e região com o objetivo de verificar o impacto de cada uma sobre as mudanças na distribuição de renda no período entre 1960 e 1970. Como resultado de seu modelo o autor averiguou que as maiores diferenças nas rendas estavam ligadas às diferenças no nível de educação, ou seja, quanto maior o nível de educação, maior a renda auferida pelo indivíduo, o que, segundo o autor, valida a teoria do capital humano, importância essa que aumenta no período entre 1960 e 1970. Neste sentido, para Langoni, a economia brasileira, caracterizada à época por altas taxas de crescimento econômico, favorecia a concentração de renda, pois, com o desenvolvimento econômico as categorias de trabalhadores com maior qualificação seriam beneficiadas com salários maiores em detrimento dos menos qualificados, por causa do aumento da demanda de mão de obra qualificada, mas cuja oferta é “mais inelástica a médio prazo”, de maneira que trabalhadores recebam salários maiores que suas produtividades até que a oferta desse tipo de trabalho seja normalizada no longo prazo.

Ao analisar as características da concentração de renda no Brasil, bem como seus principais determinantes, Langoni deixou claro o papel desempenhado pela educação na desigualdade de renda, cuja justificativa se deu pelo processo de crescimento econômico que o país passou nas décadas de 1960 e 1970. Isso porque os altos investimentos em capital físico refletidos em aprofundamento do uso de tecnologias exigiram em contrapartida mão de obra especializada para lidar com este novo processo. Isso se traduziu em diferenciais no nível de educação (ou investimento em capital humano) e se refletiu em desigualdades de renda.

Ademais, seguindo o que foi dito por Langoni, a queda da participação do setor primário na renda total e a consequente queda da área rural e ampliação do setor urbano (que seria mais desigual que o primeiro) também contribuíram para o aumento da desigualdade de renda. Cabe lembrar que esta última afirmação está de acordo com o predito pela Curva de Kuznets, segundo a qual, em países em desenvolvimento o aumento do crescimento econômico leva num primeiro momento a um aumento da concentração de renda. Isso porque neste processo há um aumento da participação do setor urbano – mais desigual – em detrimento do setor rural – com renda menor, porém mais igualmente distribuída – além do aumento da demanda por maior qualificação capital humano para

acompanhar os requerimentos dos investimentos em capital físico que o próprio processo de desenvolvimento exige¹⁶.

As conclusões a que Langoni (2005) chegou contrastaram com as conclusões de Fishlow (1972) acerca das principais razões que explicassem a desigualdade de renda nas décadas de 1960 e 1970. Isso porque, enquanto para aquele os principais fatores que justificassem a concentração de renda repousavam sobre as diferenças do nível de educação; para este a fonte de desigualdade estava na política econômica, especialmente salarial do período¹⁷. A publicação dos dois trabalhos seguidamente travou um verdadeiro embate sobre quais das duas hipóteses seria a mais adequada de se aplicar ao caso brasileiro. A consequência imediata foi o surgimento do debate tanto na academia quanto no governo ou em outros setores da sociedade. Pelo lado do governo militar houve apoio a ideia justificada pela teoria do capital humano em detrimento das consequências das políticas econômicas. Todavia, isso não esgotou o debate nem promoveu a melhoria de distribuição de renda nos períodos seguintes, como será visto na próxima seção.

III - O debate na década de 1980 e primeira metade de 1990

A experiência econômica brasileira ao longo da década de 1980 foi bastante distinta daquela vivenciada no período imediatamente anterior. Após o choque do preço de petróleo em 1973 e da elevação dos preços das *commodities*, houve consequente alta na inflação mundial e a retração do crescimento econômico das principais economias. Todavia, este fato, foi acompanhado pela decisão do Brasil de aprofundar o seu processo de industrialização, através do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

No final da década de 1970 houve um segundo choque do petróleo acompanhado de uma forte elevação dos juros internacionais. Esse movimento dos juros levou o mundo desenvolvido a uma forte recessão, afetando extremamente as transações correntes brasileiras e, após a moratória do México em 1982, os movimentos de capitais.

Não obstante o cenário internacional, o Brasil passou a se defrontar com taxas de crescimento econômico baixas, ao mesmo tempo em que assistia aumentar acintosamente seu estoque de dívida interna. Além disso, no decorrer da década de 1980 o Brasil passou a enfrentar também problemas com a aceleração da inflação. Desta forma, as políticas

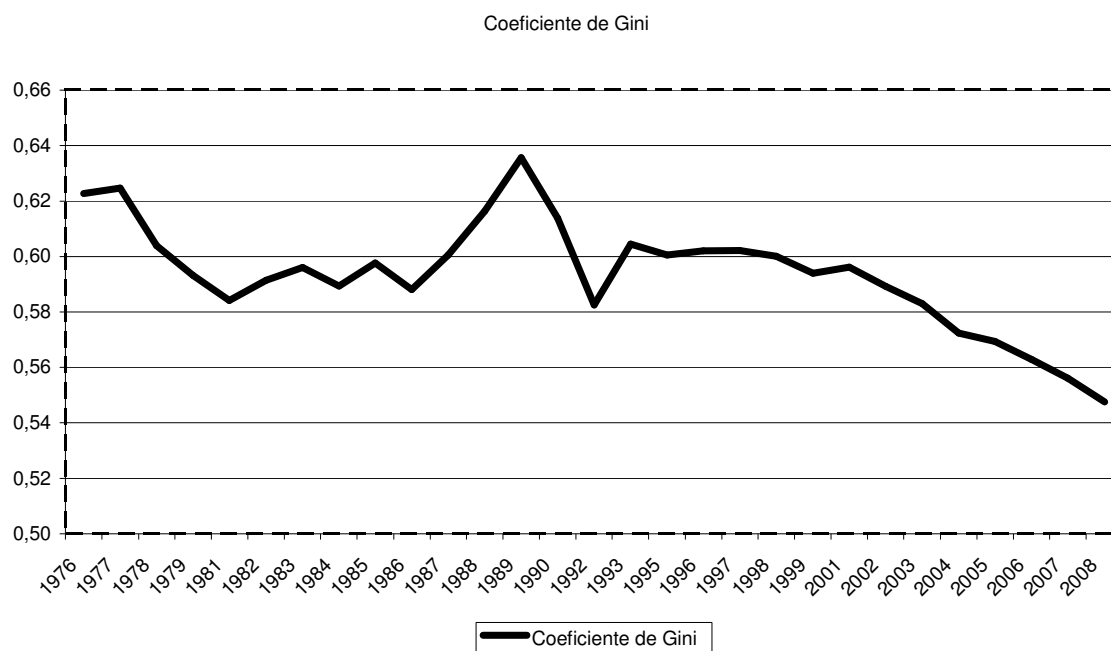
¹⁶ Para mais detalhes ver Kuznets (1955).

¹⁷ Há de se ressaltar que Fishlow não desconsidera a importância da educação nos moldes da teoria do capital humano. Porém, para ele, essa não é capaz de explicar majoritariamente (como faz Langoni) a desigualdade de renda.

econômicas que vão da década de 1980 até a primeira metade da década de 1990 estavam comprometidas com o controle inflacionário e a redução do endividamento interno.

Estes fatos desviaram o debate na academia e o interesse de muitos economistas para compreenderem esses fenômenos. Isso provocou um esvaziamento do debate acerca dos problemas da distribuição de renda que o país enfrentava desde a década anterior. Este esvaziamento, no entanto, não correspondia à realidade brasileira que apresentou um agravamento da concentração de renda como pode ser visto no gráfico 1. Neste é possível verificar que no início da década de oitenta o coeficiente de Gini contempla uma pequena queda em relação à década anterior. No entanto, o final da década registra um aumento da concentração de renda, tendo seu ápice no ano de 1989, quando o coeficiente de Gini chegou à marca de 0,636. Fazendo um comparativo entre as médias do coeficiente de Gini para as décadas de 1960, 1970 e 1980, porém, pode-se afirmar que a década de 1980 registrou um aumento da desigualdade de renda¹⁸.

Gráfico 1 – Coeficiente de Gini – Brasil 1976 a 2008



Fonte: IPEA. Os dados dos anos de 1980, 1991, 1994 e 2000 não foram disponibilizados.

Diante da percepção deste cenário, Camargo e Giambiagi organizaram um livro lançado em 1991, cujo tema central é a distribuição de renda no Brasil. O livro fez uma retomada da discussão sobre o tema, apresentando desde o debate teórico até estudos empíricos para o Brasil. Nesta coleção de artigos, cabe destacar o estudo realizado por

¹⁸ De acordo com Bonelli e Sedlacek (1991) o índice de Gini no Brasil nas décadas de sessenta, setenta e oitenta foi de 0,497, 0,565 e 0,590, respectivamente (Bonelli e Sedlacek, 1991, pág. 57).

Bonelli e Sedlacek (1991) cujo propósito era avaliar a distribuição pessoal de renda na década de 1980 e estabelecer uma analogia ao desempenho econômico e às políticas do governo no período.

Os autores partiram da análise de dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e concentraram-se na análise dos rendimentos da população economicamente ativa. Conforme os resultados obtidos pelos autores, o período registrou uma piora da posição relativas dos grupos, exclusive as classes mais ricas. Além disso, Bonelli e Sedlacek (1991) verificaram que ao classificar os grupos de acordo com a renda média, foi possível verificar um aumento da concentração de renda no período entre 1983 e 1988, medidos pelos ganhos reais das rendas médias dos mais ricos em detrimento dos mais pobres.

Conforme Bonelli e Sedlacek (1991), o ano de 1988 apresentou uma piora na distribuição de renda, com um índice de Gini marcando 0,612. Para os autores, a queda da renda real de todos os grupos pode ser explicada pelo processo inflacionário que o país enfrentava no período e que teria impactado mais fortemente as classes mais inferiores. De acordo com eles, “como resultado, o rendimento médio dos 30% inferiores da distribuição de rendimentos era em 1988 da mesma ordem de grandeza do de 1983” (BONELLI e SEDLACEK, 1991, p. 56). Ademais, para os autores, de acordo com as informações do índice de Gini, o início da década proporcionou uma suave melhora na distribuição de renda, sendo, porém, que o aprofundamento da recessão ao longo da década somado a problemática da inflação levou a um agravamento da concentração de renda, com impactos mais negativos para as classes mais inferiores de renda.

No Apêndice de seu trabalho, os autores buscaram averiguar a distribuição de renda no âmbito das rendas do trabalho, utilizando também como fonte a PNAD. Neste caso, eles afirmaram haver no período uma ruptura da relação entre crescimento econômico e concentração de renda que marcou o modelo de desenvolvimento do Brasil, qual seja, o crescimento econômico contribuiu para uma redução da concentração de renda¹⁹.

Neste caso, Bonelli e Sedlacek (1991) afirmaram que a despeito dos problemas econômicos e da alta inflação do período, as classes mais ricas recorreram a mecanismos de proteção de suas rendas as quais os mais pobres não tiveram acesso, o que contribuiu para a situação citada acima. Finalmente, os autores apresentaram uma breve análise dos

¹⁹ Observe que esta afirmação dos autores contradiz a teoria de Kuznets.

dados da PNAD de 1989 recém divulgados à época do artigo, segundo a qual os autores constataram uma piora na concentração de renda captada pelo índice de Gini (igual a 0,635 em 1989), bem como uma perda da participação na renda total, exceto para os grupos mais ricos que obtiveram aumento na renda total.

O mesmo livro organizado por Camargo e Giambiagi comporta artigo de Reis e Barros (1991) cujo objetivo era avaliar a desigualdade de renda no âmbito da distribuição salarial a partir da divulgação das PNADs recentes à época. Apesar deste anúncio, os autores concentraram-se na explicação teórica das desigualdades dos rendimentos do trabalho baseado na abordagem neoclássica da dotação inicial dos indivíduos que vão ao mercado de trabalho realizar troca de sua força de trabalho por uma remuneração e na teoria do capital humano que completa essa primeira abordagem ao explicar os diferenciais de rendimento do trabalho com base na educação e experiência no mercado de trabalho do indivíduo. Desta forma, os autores justificaram a desigualdade de renda entre e intra grupos homogêneos de trabalhadores a partir das desigualdades de educação e experiência. Trata-se de uma retomada da contribuição do estudo de Langoni (2005) sobre o padrão de distribuição de renda no Brasil.

Para os autores, a desigualdade salarial explica a desigualdade de renda, sendo que aquela pode ser explicada tanto por diferenciais de produtividade inerente aos trabalhadores ou por diferenças no mercado de trabalho que proporcionam que trabalhadores com a mesma produtividade recebam salários diferentes. Quanto aos diferenciais de produtividade, Reis e Barros (1991) afirmaram que estas decorrem dos diferenciais de educação.

Neste sentido, os autores argumentaram que uma das atuações do governo para reduzir as desigualdades de salários e, conseqüentemente, de renda seria através de execução de políticas econômicas que priorizassem a educação de modo a “homogeneizar” a força de trabalho. A partir disso, o mecanismo neoclássico de operação de mercado levaria a um equilíbrio de pleno emprego com mais igualdade de salários e renda.

Ainda no mesmo livro organizado por Camargo e Giambiagi (1991), o artigo de Amadeo e Camargo (1991) buscou compreender o impacto do processo inflacionário sobre os preços e salários e, conseqüentemente, sobre a distribuição de renda. Além disso, os autores chamaram a atenção para o que eles consideraram duas características importantes da economia brasileira: a heterogeneidade dos mercados de bens e serviços e de trabalho e a heterogeneidade do poder de barganha dos trabalhadores. Essas características, conforme

os autores, influenciam a formação de preços e salários por um lado e, por outro, permitem um impacto maior da inflação sobre a distribuição de renda.

De acordo com Amadeo e Giambiagi (1991), a heterogeneidade dos mercados de bens e de trabalho caracteriza-se, usualmente, pela existência, por um lado, de uma estrutura oligopolizada ou monopolizada e, por outro, por uma estrutura de concorrência perfeita. Em relação aos oligopólios e monopólios, os mercados de bens organizam-se de maneira que seus produtores podem exercer algum impacto nos preços e nas quantidades de produtos oferecidas. Já pelo lado do mercado de trabalho, os trabalhadores se apresentam mais organizados por meio de participação em sindicatos e centrais sindicais. De acordo com os autores os trabalhadores desses setores geralmente possuem algum tipo de qualificação e, como possuem maior poder de barganha, são capazes de negociar e reivindicar reajustes salariais. Por sua vez, dadas as características dos mercados oligopolizados ou monopolizados, os empregadores permitem os reajustes salariais, uma vez que seu poder de determinar preços no mercado de bens os possibilita repassar o aumento dos salários para os preços.

Por outro lado, nos mercados de bens e de trabalho caracterizados pela concorrência perfeita tanto produtores quanto trabalhadores não exercem poder sobre os preços e salários. Ou seja, esses agentes não têm poder de mercado ou de barganha, pois normalmente os produtos e a força de trabalho são altamente substituíveis. O mercado de trabalho neste caso é composto por trabalhadores com pouca especialização e qualificação. Assim, qualquer tentativa de influenciar o mercado, fará com que trabalhadores e empresas sejam retirados desses mercados pela atuação da concorrência.

De acordo com Amadeo e Giambiagi (1991), a relação entre inflação e a segmentação dos mercados de trabalho e de bens ocorre, então, em dois processos: i. a centralização e o poder de barganha de alguns grupos de trabalhadores (dos mercados oligopolizados ou monopolizados) favorecem para que seus membros tenham salários melhores em comparação a outros grupos menos organizados politicamente ou mais fracos (dos mercados de concorrência perfeita); ii. como os grupos dos mercados oligopolizados ou monopolizados pertencem a setores da economia mais fortes, o aumento dos salários incorre, por conseguinte, em aumento dos preços dos produtos contribuindo para o processo inflacionário no país. Veja que, com essa explanação, Amadeo e Giambiagi (1991) afirmam que a origem do processo inflacionário e da má distribuição de renda está na reivindicação de aumentos dos salários. Isso porque, não somente os grupos mais fortes conseguem maiores salários que os grupos mais fracos como o próprio repasse dos salários

aos preços gera uma queda dos salários reais dos grupos mais fracos e manutenção dos lucros dos empregadores.

Destarte, diante do cenário de alta inflação da década de oitenta no Brasil, o estudo de Amadeo e Giambiagi (1991) buscou avaliar o comportamento da distribuição funcional da renda. Para isso os autores recorreram aos dados da indústria de São Paulo e constataram que “a participação dos salários no produto mantém-se relativamente estável entre 1976 e 1978, com leve crescimento e entre 1979 e agosto de 1985, por seis anos, implicando uma transferência de rendas dos trabalhadores para as empresas (...)” (AMADEO e GIAMBIAGI, 1991, p. 195).

Ademais, de acordo com a investigação, os autores afirmaram que tanto os empresários da indústria de São Paulo aumentaram seus lucros desde a segunda metade da década de 1970 até o período analisado, quanto os trabalhadores deste setor teriam obtido ganhos reais de salários acima de suas produtividades. Este fato provocou a percepção dos autores de que se os agentes do setor industrial obtiveram ganhos, então, os agentes de outros setores assumiram perdas. Isso é corroborado através dos resultados da análise de seus dados que mostraram o aumento da dispersão dos salários e dos preços relativos de vários setores da economia. Para os autores, isso pode ser explicado pela segmentação dos mercados de bens e de trabalho e pela heterogeneidade do poder de barganha dos grupos de diferentes setores da economia²⁰.

Como visto ao longo desta seção, o debate sobre a distribuição na década de 1980, apesar de ter diminuído, teve a contribuição de alguns autores que se voltaram para o tema num momento de ampliação da desigualdade de renda. Todavia, não pudemos assistir ao embate similar ao da década anterior sobre quais aspectos determinariam a desigualdade de renda: aqueles ligados à abordagem da teoria do capital humano ou os aspectos de política econômica. De um modo geral, pode-se afirmar que o estudo dos impactos das políticas econômicas sobre a concentração da renda ganhou mais adeptos nos anos oitenta. No entanto, este cenário mudou com o advento da década seguinte, como será visto a seguir.

IV- O debate na segunda metade da década de 90 e década de 2000

O retorno à estabilidade econômica vivenciada pelo Brasil a partir da segunda metade da década de noventa com o sucesso do Plano Real trouxe em si velhas discussões

²⁰ Saboia (1991), ao estudar a política salarial da década de 1960 à década de 1980, percebeu o importante papel desempenhado pelo governo na distribuição funcional da renda, concebendo alguns aspectos semelhantes ao de Fishlow (1972). Dessa forma, ele destaca a importância da atuação do governo com uma política salarial redistributiva de renda para a década que registra aumento da desigualdade.

praticamente abandonadas no período anterior, quando a atenção de muitos economistas voltou-se para questões como inflação, baixo crescimento econômico e “crise” da dívida pública²¹. Assim sendo, após o pequeno debate (em comparação aos anos setenta) sobre a distribuição de renda no Brasil ao longo dos anos oitenta, o tema voltou à cena na segunda metade da década de 1990 e década de 2000. Como pode ser notado no gráfico 1, o período foi marcado pela queda da desigualdade de renda. Esse fato chamou a atenção de muitos economistas para investigarem as causas dessa queda, mas também a causa da permanência do Coeficiente de Gini em patamares elevados. Analisando alguns dos condicionantes de política econômica, dois fatos foram destacados pelos estudiosos: os programas de transferência de renda (Bolsa Família, por exemplo) e a valorização do salário real decorrente da estabilidade dos preços e da própria política de valorização do salário mínimo assistida na década de 2000.

Todavia, cabe destacar que muitos trabalhos divulgados no período adotaram a abordagem neoclássica como fundamentação teórica para a análise da distribuição de renda. Neste sentido, pode-se afirmar que os estudos da segunda metade década de 1990 e principalmente da década de 2000 abandonaram definitivamente o debate predominante da década de setenta. Assim, por exemplo, podemos citar os livros publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): uma coletânea de trabalhos organizados por Ricardo Henriques em 2000 e um outro organizado em dois volumes por Ricardo Paes Barros, Miguel Foguel e Gabriel Ulyssea publicados nos anos de 2006 e 2007 respectivamente.

No trabalho organizado por Henriques (2000), logo na introdução o autor deixa claro que o problema da desigualdade de renda e da pobreza não tem sua origem na escassez relativa de recursos²², pois, afirma que “a economia brasileira não parece exibir um problema de carência de recursos” (HENRIQUES, 2000, p.5). Desta forma, ainda seguindo o autor, “o Brasil não é um país pobre, mas um país injusto com muitos pobres”²³ (HENRIQUES, 2000, p.5). Diante desta afirmativa, o autor indica que o problema do país pode estar localizado na dotação inicial desses recursos entre os agentes econômicos. Esta

²¹ Para uma leitura crítica a interpretação usual de crise da dívida e financeira do Estado, ver Ferreira (2007).

²² Para os economistas neoclássicos um dos principais problemas da economia é adequar os “recursos escassos às necessidades ilimitadas”. Ademais, de acordo com esta corrente, a escassez relativa dos recursos determina os salários e preços relativos da economia o que, considerando a distribuição simultânea da renda numa economia com equilíbrio geral, poderia causar situações ótimas de Pareto, porém, com alta concentração de renda.

²³ Essa mesma colocação é repetida por Barros, Henriques e Mendonça (2000, p.21).

constatação pode ser feita mais adiante, quando o autor afirma que há necessidades de políticas econômicas que priorizem a “redistribuição de ativos na sociedade”.

O primeiro artigo do livro buscou investigar as causas e os determinantes da pobreza e da má distribuição de renda no Brasil. Neles, os autores Barros, Henriques e Mendonça (2000), baseados na abordagem neoclássica, afirmam que a pobreza no Brasil não advém de escassez absoluta ou relativa de recursos. Todavia, para os autores, esse não é o problema pelo qual o país passa, mas, sim, a distribuição desses recursos aos indivíduos. Essa constatação é ratificada pela comparação internacional que mostra que, cotejando com países de mesma renda per capita, o Brasil possui um grau de pobreza superior a média dos países no ano de 1999. Para eles, a má distribuição de renda marca a origem da pobreza no Brasil.

O texto de Ferreira (2000) do mesmo livro avalia não existir apenas uma fonte explicativa da concentração de renda no Brasil, no entanto, para ele “(...) a educação continua sendo a variável de maior poder explicativo para a desigualdade brasileira.” (FERREIRA, 2000, p. 155). Para o autor, o mercado de trabalho apenas amplifica a desigualdade educacional, transformando-a em desigualdade de renda, além de gerar novas desigualdades, através da segmentação e discriminação do mercado de trabalho. Essa constatação também é feita por Barros, Corseuil e Leite (2000), pois, segundo os autores “um dos principais determinantes do nível de pobreza numa sociedade é como os recursos humanos são usados e remunerados”. (BARROS, CORSEUIL e LEITE, 2000, p.177)

Essa argumentação ratifica o estudo de Barros e Mendonça (1995) cujo objetivo era fundamentar teoricamente a geração da desigualdade de renda, bem como sua reprodução na sociedade. Neste trabalho Barros e Mendonça (1995) formalizam que no processo de desigualdade de renda existe desigualdade de condições que trata-se da forma como os indivíduos podem acumular capital humano; e desigualdade de resultados que refere-se a como esses indivíduos com diferente capital humano competem no mercado de trabalho. Com base na desigualdade de resultados os autores investigam se o mercado de trabalho gera desigualdade ou apenas a ratifica. Para eles, o mercado de trabalho ratifica as desigualdades ao transformar desigualdade da dotação inicial dos trabalhadores em desigualdade de renda.

Essa desigualdade pode ser obtida, assim, por meio da discriminação no mercado de trabalho (por gênero e raça, por exemplo) e pela segmentação no mercado de trabalho (que revela as desigualdades de capital humano acumulado). Nessa linha, Barros, Mendonça e Henriques (2000) também argumentam que o mercado de trabalho pode gerar

desigualdades ou revelar desigualdades. No primeiro caso (que eles chamam de segmentação e discriminação do mercado de trabalho) as falhas de mercado justificam as desigualdades de renda. No segundo caso, o mercado de trabalho apenas ratifica as desigualdades anteriores à entrada do indivíduo no mercado de trabalho (ou seja, as diferenças nas dotações iniciais dos indivíduos). Adiante, os autores afirmam “Na hipótese de eliminação da heterogeneidade educacional obteríamos uma redução de 40% na desigualdade salarial, mostrando que a educação responde por 2/3 de todas as fontes que somos capazes de identificar para explicar a desigualdade observada.” (BARROS, MENDONÇA e HENRIQUES, 2000, p.409).

Conforme visto anteriormente, a segunda metade década de 1990 e a década de 2000 acompanham a investigação das causas da desigualdade de renda, tendo como pano de fundo as políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo²⁴. Pela abordagem descrita acima, é necessário notar que esses autores citados ao defenderem que a dotação inicial dos indivíduos determina as desigualdades de renda reveladas no mercado de trabalho, também são a favor de uma política de transferência de renda (que impacta na dotação inicial dos indivíduos) em detrimento de uma política de valorização do salário mínimo. Isso porque o salário mínimo é reconhecido como uma interferência do governo no mercado de trabalho.

Por outro lado, deve-se destacar os autores que investigaram a importância do salário mínimo no combate à concentração de renda no Brasil. Dentre esses autores podemos citar Hoffmann (1997) e Saboia (2005) que afirma que:

A distribuição dos rendimentos do trabalho, em 2003, mostra que as pessoas que recebem um SM mensal estão localizadas no terceiro décimo (de baixo para cima) da distribuição de rendimentos do trabalho. Portanto, qualquer elevação em seu nível de rendimento tende a apresentar efeitos favoráveis na distribuição dos rendimentos do trabalho. (SABOIA, 2005, p.8)

Além disso, em Saboia (2007) um estudo aprofundado sobre o impacto do salário mínimo sobre a distribuição de renda revelou que seus benefícios vão além dos rendimentos do trabalho, uma vez que ele também é usado como piso para os benefícios da Previdência Social e para as transferências do Benefício da Prestação Continuada. Neste sentido, o autor defende reajustes reais do salário mínimo como instrumento eficaz de combate à desigualdade de renda. Veja:

²⁴ Por outro lado, o período também concentra estudos que buscam avaliar a distribuição de renda a partir da estrutura de classes e de ocupações como em Quadros (2001), Quadros e Antunes (2002), Cardoso Jr e Pochmann (2000) e Baltar (2010), que não será abordado neste artigo.

Como a maior parte das pessoas com piso de um SM como rendimento do trabalho, de pensões ou de aposentadorias, localiza-se nos sete décimos inferiores à média dos rendimentos familiares *per capita*, a elevação do SM tende a beneficiá-las, o que favorece a melhoria da distribuição da renda. (SABOIA, 2007, p. 492)

Conclusão

Este artigo pretendeu estabelecer uma recuperação do debate acerca da distribuição de renda e da investigação das causas e dos fatores determinantes da concentração de renda no Brasil sob a ótica de diferentes autores que abordaram o tema. Pode-se perceber ao longo deste artigo que o debate inicial da década de 1970 que confrontava as ideias de Fishlow – que argumentava o papel das políticas salariais sobre a concentração de renda – com as de Langoni – cuja defesa repousava no papel da educação e da experiência profissional com base na teoria do capital humano – foi praticamente abandonada nas décadas seguintes. O que se seguiu foi um fraco debate na década de 1980 e a retomada com força dessa discussão, mas com a aparente sobressalto dos expoentes da teoria do capital humano.

No entanto, há que se ressaltar que a experiência profissional e o nível educação estão longe de ser as variáveis necessárias e suficientes para uma melhor distribuição de renda. Isso inclui refazer o postulado de que o mercado de trabalho apenas ratifica as diferenças de dotação educacional anteriores à entrada no mercado de trabalho. Pois, uma vez que a desigualdade de renda medida a partir de pesquisas como a PNAD, que em sua maior parte é composta por remuneração do trabalho, é possível captar que a desigualdade de distribuição de renda proveniente da desigualdade salarial carrega em si desigualdades ocupacionais que não são “reveladas” ou “geradas” pelo mercado de trabalho, mas, sim, pelas características da própria economia.

Por fim, pode-se afirmar que a investigação sobre os determinantes da desigualdade de renda no Brasil comporta diferentes teorias e postulados que auxiliam à fundamentação desses estudos e enriquecem a discussão na academia. Contudo, é preciso avançar na análise e na sugestão de políticas econômicas eficazes que coloquem fim ao cenário de concentração de renda pelo qual o Brasil vivencia, como visto neste artigo, há décadas.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. P. Inflação, estagnação e ruptura: 1961 – 1964. **In** ABREU, M. P. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

AMADEO, E. J.; CAMARGO, J. M. Mercado de trabalho e dança distributiva. **In:** CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BALTAR, P. (Coord.) **Estrutura do Emprego e da Renda**. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2008/2009. 84p. Relatório integrante da pesquisa “Perspectivas do Investimento no Brasil”, em parceria com o Instituto de Economia da UNICAMP financiada pelo BNDES. Disponível em <http://www.projetopib.org/?p=documentos>. Acesso em 22 de jan. 2010.

BARROS, R. P. MENDONÇA, R. S. P. Os determinantes da desigualdade no Brasil. **Texto para Discussão** n 377. Rio de Janeiro: IPEA, jul/1995.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R. MENDONÇA, R. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. **In:** HENRIQUES, R.(Org) Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R. P.; CORSEUL, C. H.; LEITE, P. G. Mercado de trabalho e pobreza no Brasil. **In:** HENRIQUES, R.(Org) Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R. MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **In:** HENRIQUES, R.(Org) Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Org). **Desigualdade de Renda no Brasil:** uma análise da queda recente. Vol I. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Org). **Desigualdade de Renda no Brasil:** uma análise da queda recente. Vol II. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

BONELLI, R.; SEDLACEK, G. L. A evolução da distribuição de renda entre 1983 e 1988. **In** CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo modelo de desenvolvimento brasileiro: Rio de Janeiro: **Dados** 11, 1973.

CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CARDOSO JR, J. C.; POCHMANN, Marcio. Raízes da concentração de renda no Brasil: 1930 a 2000. **mimeo**. Brasília/Campinas, IPEA/CESIT, 2000.

FERREIRA, F.G.H. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? **In:** HENRIQUES, R.(Org) Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

FERREIRA, L. S. Uma releitura do processo de endividamento externo e interno nos anos 1970 e 1980. Dissertação [Mestrado]. Niterói: UFF, 2007.

FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. **The American Economic Review** v.62, n.1/2, mar/1972, pp 391-402.

FISHLOW, A. A distribuição de renda no Brasil. **In** TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (Org.) A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HENRIQUES, R. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil. **In:** HENRIQUES, R.(Org) Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HOFFMANN, R. Tendências da distribuição de renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico **In:** TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (org). A Controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HOFFMANN, R. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo. Campinas: **Economia e Sociedade**, (11): 199-221, dez. 1998.

KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. **American Economic Review** n. 45, 1955.

LANGONI, C. G. A distribuição de renda no Brasil: resumo da evidência. Rio de Janeiro: **Dados** n.11, 1973.

LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LAGO, L. A. C. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967/1973. **In** ABREU, M. P. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LARA RESENDE, A. A política brasileira de estabilização: 1963/68. Rio de Janeiro: Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 12, n.3, dez/1982.

_____. Estabilização e Reforma: 1964/1967. **In** ABREU, M. P. A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LEWIS, A. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. **In** AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). A economia do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto – Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

QUADROS, W. **A evolução recente das classes sociais no Brasil**. Campinas: CESIT/ IE-UNICAMP, out/2002.

QUADROS, W.; ANTUNES, D.J.N. Classes Sociais e Distribuição de Renda no Brasil dos Anos Noventa. Cadernos do CESIT, **Texto para Discussão** nº 30. Campinas: IE/UNICAMP, out/2001.

RAMOS, L. R. A.; REIS, J. G. A. Distribuição de renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil. **In:** CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. Distribuição de Renda no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

REIS, J. G. A.; BARROS, R. P. Desigualdade salarial: resultados de pesquisas recentes. **In:** CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SABOIA, J. Política salarial e distribuição de renda: 25 anos de desencontros. **In:** CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. Distribuição de Renda no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SABOIA, J. Salário mínimo e mercado de trabalho no Brasil no passado recente. **Seminário Salário Mínimo e Desenvolvimento**. Campinas: IE/UNICAMP, abr/2005.

SABOIA, J. Efeitos do salário mínimo sobre a distribuição de renda no Brasil no período de 1995/2005: Fatos e simulações. **II Seminário de Análise dos Resultados das**

Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, CGEE/IPEA/MEC/TEM. Brasília,
mar/2007.